

Congresso tenta acordo para votações

Governistas querem entendimento sobre imposto rural e mensalidades escolares

LUCIANO SUASSUNA

BRASÍLIA — Os representantes do governo no Congresso começam hoje a discutir os acordos para votações das cinco medidas provisórias que justificaram a convocação extraordinária de deputados e senadores tentando obter consenso em pelo menos dois pontos: a aprovação da MP que eleva o Imposto Territorial Rural (ITR) e um acordo em torno da que regula o reajuste de mensalidades escolares. Na previsão mais otimista, qualquer decisão, no entanto, só começará a acontecer a partir de amanhã. "Os congressistas ainda estão chegando", justifica o senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), presidente do Congresso. "Os vãos nesta época do ano ficam cheios e não é muito fácil conseguir vaga."

O avião que veio do Rio Grande do Sul trouxe 15 parlamentares. O voo das 11h45, do Rio, che-

gou com sete deputados. As 15 horas, o Senado já contava com 12 senadores em seus gabinetes (eram preciso 13 para reabrir o Congresso, além de 68 deputados) e o deputado José Genoíno (PT-SP) passeava, na mesma hora, no salão verde da Câmara, posando para as câmeras de televisão com uma sacola de roupas a tiracolo.

"Negociações, só a partir de hoje", informa o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) que, como os outros 569 parlamentares, começou ontem a ganhar cerca de Cr\$ 800 mil pelo trabalho extra de 24 dias em janeiro. A verba especial poderia ser reposta se fosse aprovada a MP que aumenta o ITR. É a medida que exige mais agilidade nas negociações. Ela caduca no dia 17 de janeiro e, por referir-se a aumento de impostos a ser cobrado ainda neste ano, não deverá ser reeditada pelo governo se não for votada até quinta-feira da próxima semana. Como é a primeira vez que entra em pauta no Congresso, deverá ser submetida a uma comissão mista composta por sete deputados e sete senadores antes de ir à votação em plenário. Por isso, os

líderes dos partidos têm apenas alguns dias para designar os representantes da comissão que, por sua vez, terá pouco tempo para dar parecer sobre o tema.

A medida provisória que trata das mensalidades escolares tem mais chances de ser aprovada. Ela está na sua oitava versão e já foi revisada em outras discussões. Além disso, alguns parlamentares estão mais familiarizados com o assunto, depois de terem feito matrícula para seus filhos no final do ano passado. Entre outras coisas, a medida proíbe a indexação das mensalidades ao BTN. A necessidade do governo, de votar estes temas com urgência não foi compartilhada ontem por parlamentares da oposição. "Essa convocação é desnecessária", afirma o deputado Genoíno. "O presidente pode estar querendo apenas desgastar o Congresso." A oposição pretende insistir na reindexação salarial, na hora de votar a medida que trata do tema, e pode recusar a livre negociação entre inquilinos e proprietários, como ocorreu no final do ano passado, quando foi votada a MP que trata dos alugueis.



Luiz Antônio/AE

Deputados e senadores voltam ao plenário: férias interrompidas por determinação de Collor